



A ECEME VISTA POR UM ALUNO

Ivan Fialho

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi escrito por um ex-aluno, depois de mais de dois anos de formado; no entanto, as idéias aqui levantadas surgiram durante o curso, tendo sido, inclusive, em sua maior parte, manifestadas e discutidas durante aquele período, em conversas informais com companheiros de curso.

Nossa intenção era tê-las divulgado logo após o término do curso. Como, infelizmente, isso não pôde ocorrer, resta a esperança de que o tempo passado tenha permitido maior perspectiva e meditação dos assuntos tratados.

As idéias expressas são de exclusiva responsabilidade do autor. São apresentadas de forma deliberadamente não aprofundada e completa, visto ser o objetivo prin-

cipal do trabalho, suscitar algum debate em benefício de um possível aperfeiçoamento do ensino e da formação dos oficiais de Estado-Maior do nosso Exército.

Estamos conscientes de que teríamos maior autoridade no trato do assunto se aliássemos à visão de aluno a de instrutor da Escola ou de aluno de estabelecimento estrangeiro congêneres. De qualquer modo, esperamos poder dar alguma contribuição ao debate proposto.

Para simplificar e encurtar a exposição, o trabalho será desenvolvido sob a forma de sugestões de mudança, deixando, muitas vezes, implícitos e a serem inferidos pelo leitor, os aspectos negativos ou desfavoráveis, de cada item abordado.

Desejamos fazer um esclarecimento metodológico. Nossas observações, de caráter descritivo

— sobre a ECEME, como uma organização de ensino serão feitas sob uma perspectiva a posteriori; no entanto, os comentários e sugestões de mudanças correspondentes serão apresentados sob uma visão de tempo presente. Partimos da premissa, portanto, que ainda persistem hoje os aspectos observados, tornando válidos e atuais, em conseqüência, os argumentos e propostas de modificações deles derivados.

VISÃO GERAL DA ECEME

A ECEME é um estabelecimento de ensino de alto nível e de longa tradição, desfrutando de elevado prestígio não apenas no Exército, mas também na própria sociedade brasileira. Representa uma etapa importantíssima na carreira dos oficiais, especialmente, para aqueles poucos selecionados que integram o seu corpo de instrutores.

Dado o seu caráter de instituição, apresenta certo conservadorismo quanto a mudanças na sua estrutura e funcionamento. Desse modo, numa análise diacrônica no decorrer de um período relativamente longo, os aspectos essenciais da Escola como organização de ensino apresentar-se-iam provavelmente constantes. É claro, a cada ano são introduzidas inovações buscando o aperfeiçoamento da formação dos oficiais de Estado-Maior. No entanto, o que desejamos salientar, é o fenômeno geral das organizações que, por suas tradições, prestígio e "status", se transformam em institui-

ções, adquirindo uma tendência inerente de resistência a mudanças rígidas e profundas.

Dos comentários acima podemos concluir que, a partir de um corte num determinado momento de sua história, uma avaliação da ECEME, como organização de ensino, partirá do pressuposto que os aspectos analisados quer favoráveis ou desfavoráveis revestir-se-ão de um certo caráter estrutural. Daí sua gênese não poder ser personalizada, isto é, como se fossem provocados pela ação deliberada do corpo docente e escalão superior em função, naquele momento referido. Tais aspectos subsistiriam, na sua essência, mesmo que fossem outros o Comando e o quadro de instrutores.

ASPECTOS ANALISADOS

Relacionamento instrutor-aluno.

Embora reconhecêssemos o caráter bastante ético e respeitoso do relacionamento entre o corpo docente e discente, alguns instrutores pareciam, às vezes, subestimar e negligenciar os conhecimentos especializados de alunos, obtidos por estudos ou vivência anterior ao ingresso na Escola. Era como se existisse um largo fosso de conhecimentos entre um e outro, levando o instrutor a assumir uma atitude condescendente e paternalista ao ouvir as colocações do aluno.

A atitude acima descrita poderia ser gerada, conscientemente ou não, pelo caráter unilateral das aulas quanto à transmissão de conhecimentos: o instrutor na sala repre-

senta a única fonte do saber, devendo o aluno apenas receber informações sem a troca de conhecimentos esperada num curso de nível de pós-graduação, como é o caso da ECEME.

Uma outra possível causa do mesmo fato poderia ser a natureza rígida, em cada ano, dos programas das matérias, não se admitindo, em princípio, modificações adjetivas ou substantivas durante o ano letivo. A rigidez, no entanto, poderia ser deliberada e planejada em função de exigências da área de ensino, tanto internas quanto do DEP.

Ocorria pois, algumas vezes, um desperdício de conhecimentos e experiências de alunos, os quais, num ambiente mais aberto de ensino poderiam ser aproveitados, estimulando, por sua vez, uma participação mais ativa nas aulas, em benefício de um processo ensino-aprendizagem mais eficaz.

Queremos dizer que numa Escola do nível ECEME, o aluno precisaria ser mais valorizado em termos de fonte de conhecimentos adquiridos antes ou durante o curso. Neste último caso, a pesquisa bibliográfica seria mais estimulada e o ensino seria planejado de forma que houvesse maior troca de conhecimentos através de sessões caracterizadas mais por discussão dirigida do que palestra, visando maior participação ativa dos discentes. Obviamente, uma tal mudança de orientação pedagógica exigiria um planejamento curricular de modo a substituir matérias de elevada densidade de informações por outras que pro-

porcionassem aos alunos, recursos e ferramentas intelectuais, de caráter interdisciplinar e metodológico, permitindo-lhes um satisfatório estudo e decisão, em diferentes situações táticas e estratégicas.

Acrescentaríamos, neste ponto, que os processos de ensino-aprendizagem devem ter como objetivos obterem-se mudanças de comportamento dos alunos, planejadas, por sua vez mediante análise ocupacional das atividades e tarefas esperadas de um oficial de Estado-Maior em diferentes situações. Trata-se de um trabalho científico, de validade mensurável e que exige métodos objetivos de acompanhamento.

O relacionamento entre alunos e instrutores poderia ser analisado sob uma visão sociológica da ECEME como um estabelecimento social. Seriam, dessa forma, abordados pontos como: mútuas expectativas de comportamento; estereótipos do aluno e do instrutor; reações de ajuste dos alunos às normas da Escola; ritual; desempenhos de papel de cada lado; visões do instrutor e do aluno reciprocamente conhecidas e internalizadas; manifestações exteriores de atitudes e comportamentos versus pensamentos e sentimentos reais, etc.¹

Essa análise teria caráter instrumental, voltada para o conhecimento dos participantes e situações relacionadas com o ensino, o que, por sua vez poderia orientar o planejamento de processos didáticos mais adequados.

VALORIZAÇÃO DA PESQUISA:

No item anterior abordamos a necessidade de estímulo à pesquisa como instrumento para valorização intelectual do aluno, no relacionamento instrutor-aluno.

Desejamos, agora, comentar mais esse assunto.

O salutar hábito da pesquisa bibliográfica não era muito comum entre os alunos, entre outros motivos, pela falta de tempo, quase todo dedicado ao estudo dos apontamentos de aula, manuais e apostilas. As duas bibliotecas não eram assiduamente freqüentadas pelos alunos.

A pesquisa sistemática parecia ser trabalho exclusivo dos instrutores, particularmente, da Seção de Doutrina, quando deveria ser prática mais generalizada, numa Escola de nível ECEME.

O hábito de consultar e comparar diversas fontes, a leitura de revistas especializadas nacionais e estrangeiras, o estudo mais sistemático das experiências da 2ª Grande Guerra, em campos ainda hoje relevantes, o estudo das guerras posteriores à de 45, enfim a associação deste trabalho intelectual às aulas poderia representar uma mudança de orientação no sentido de permitir, aos alunos, melhores condições para se autodesenvolverem profissionalmente, durante e após o curso. Isto porque o término do curso deveria ser encarado como um início de preparação auto-didática, na busca de um constante aperfeiçoamento profissional para as rápidas mudanças no campo da

tecnologia dos sistemas de armas, dos equipamentos eletrônicos, das experiências de guerra, bem como de novas alternativas estratégicas.

Neste ponto cabe lembrar os benefícios que poderia trazer ao clima intelectual da Escola, a edição de uma revista exclusiva da ECEME, com prioridade para publicação de trabalhos profissionais de oficiais, incluindo instrutores e alunos.²

Ainda sob este aspecto, por sua ligação à pesquisa cabe abordar o problema da monografia.

A monografia deveria ser mais valorizada como instrumento de ensino, de aprendizagem e de avaliação. No estágio atual, não se explora toda a sua potencialidade de estímulo à pesquisa, à inovação e ao trabalho criativo do aluno. Sua elaboração era vista, por muitos alunos, meramente, como mais um trabalho a fazer, uma ocupação adicional, não uma oportunidade de ordem intelectual. A forma maçante em que eram apresentadas, uma após a outra, ao longo do dia, com tempo limitado e presença obrigatória da assistência, atestava o mau uso da monografia.

Por outro lado a bem intencionada preparação dirigida dos alunos para a elaboração da monografia não estava sendo bem programada. Seria necessário que aquela preparação se baseasse, principalmente, em conhecimentos de Metodologia da Pesquisa Científica, matéria comum em qualquer curso de pós-graduação. O ensino de Português também entraria, mas com ênfase na constru-

ção e expressão escrita do pensamento e não, nos meandros da gramática.³

O que propomos é que a monografia tenha um peso bem maior na avaliação dos alunos, com a apresentação a uma banca de instrutores, à semelhança do que é feito nas escolas civis do mesmo nível e que a assistência seja voluntária e franqueada a todos os alunos.

A pesquisa histórica feita por grupos de alunos poderia igualmente ser valorizada se o trabalho final fosse do grupo encarregado, inclusive a apresentação. Este trabalho, poderia prever uma contribuição à memória do Exército, através de entrevistas com militares da reserva que tivessem participado de conflitos externos ou mesmo que tivessem relevante contribuição profissional a dar.⁴

O ENSINO DA LOGÍSTICA

O ensino da Logística, no primeiro ano era muito repetitivo e se baseava, excessivamente, na localização de área de apoio logístico de Batalhão Logístico. Corria-se o risco de reduzir o ensino da Logística à aplicação mecânica de determinadas regras, dentro de certas restrições, o que era mais grave, se nos lembrássemos que muitos alunos talvez nunca tivessem visto, na realidade, um B LOG desdobrado no terreno.

Quanto ao segundo ano, nos exercícios de Zona de Administração, relativos a transporte de carga e estocagem, gastava-se tempo excessivo na resolução manual de

problemas com inúmeras variáveis e restrições, quando, talvez, fosse mais racional e adequado, utilizarem-se os recursos do processamento automático de dados. Neste caso, o ensino se concentraria na identificação e equacionamento dos problemas de transporte e controle de estoques, deixando os longos cálculos para o computador.⁵

Cabe aqui lembrar outro ponto relativo ao ensino da Logística: Trata-se do maior aprofundamento, nos estudos logísticos, proporcionado aos alunos de Intendência (CEMS), com exclusão do pessoal de Material Bélico (CEM).

Se os oficiais de Material Bélico são formados e aperfeiçoados no campo da Logística, servindo em Batalhão Logístico, Parques e Depósitos, órgãos voltados para a manutenção e o suprimento e, se deverão comandar Unidades de Logística, era de se esperar que, também na ECEME, deveriam se concentrar, com maior profundidade do que o pessoal das armas e, à semelhança do pessoal de Intendência, no estudo da Logística.

Em suma, queremos sugerir que a atual, pode não ser a melhor linha de ação: enquadrar, simplesmente, os alunos de Material Bélico no CEM, com menor carga horária do que os alunos do CEMS, nas matérias de Logística.

CONHECIMENTOS ABSTRATOS

Função, provável e principalmente, da grande extensão do currículo, em relação à duração do curso, o ensino, na ECEME, era

ministrado em elevado grau de abstração.

Compreende-se que a preparação para a guerra dos Exércitos que, por longos períodos, não se envolvem em conflitos, sofra as limitações da falta de aplicação concreta das técnicas e conhecimentos, em situações reais, pelo que tem que recorrer exclusivamente, à imitação do combate na instrução. Dentro deste quadro e, pela sua natureza e objetivos, é forçoso admitir que o ensino e a doutrina na qual aquele se baseia, na ECEME, se revistam de alto grau de abstração.

Levantamos, no entanto a possibilidade de se atenuar aquela tendência inerente à abstração, com algo de concreto, evitando que o ensino se torne excessiva e prejudicialmente livresco. O ensino, sempre que possível, deveria ser conciliado com demonstrações de emprego de material e/ou tropa, através da assistência ou participação em exercícios no terreno, desenvolvidos por GU, Unidades ou Frações. Seria aproveitada a localização, no Rio, de Unidades-Escola, Escolas especializadas (EsMB, EsACosAé, EsCom) e de inúmeras outras Unidades Operacionais de Armas Base e de Armas de Apoio, além dos campos de instrução.

Para quem é oriundo de Infantaria, por exemplo e nunca viu um ataque de Cia, torna-se mais difícil visualizar uma via de acesso valor Batalhão. O mesmo se poderia dizer em relação a uma ação com carros de combate e diversas outras operações.

Penso que uma aprendizagem mais sólida na ECEME, exigiria o contato mis direto dos alunos com o homem, o terreno e o material, sob um clima adequado de imitação do combate e essas condições não se realizam, integralmente, nos exercícios no terreno, semestrais.

É de se esperar que, numa Escola de altos estudos militares, predomine a utilização da carta e das sessões de instrução em sala. Ressaltamos, contudo, a heterogeneidade de experiências e vivências profissionais dos alunos e as inovações tecnológicas relativas a novos sistemas de armas e equipamentos empregados pelo Exército, além das facilidades de se contar com o apoio à instrução das OM do Rio, para manter a sugestão de tornar menos abstrato o ensino.⁶

Ligado, diretamente, ao caráter abstrato do ensino podemos, também, salientar seu pronunciado apego à semântica.

Trata-se da supervalorização do emprego das palavras ou símbolos, sem a mesma atenção aos seus *referentes*, isto é às coisas reais às quais aqueles se referem.

Visto um processo de comunicação em que o instrutor seria a fonte e os alunos, a audiência, estaria ocorrendo uma transmissão e recepção de símbolos ou imagens (palavras, figuras) sem uma relação adequada com os seus referentes (coisas, objetos, situações).

Desse modo, podíamos observar, na ECEME, um largo uso do discurso verbal, algumas vezes desligado da realidade, na medida em que, superestimando o valor e po-

der das palavras, reduzia a simplificava inadequadamente aquela realidade, criando um mundo abstrato de palavras no qual variáveis, equações e soluções dos problemas, planos, decisões e dificuldades eram tratados pelo pensamento como se fossem à parte do mundo real a que deveriam se reportar.

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

A avaliação dos alunos na ECEME apresentava duas grandes subdivisões: o rendimento escolar e o conceito.

O conceito era obtido através de laborioso e sistemático cômputo de observações do desempenho de cada aluno, em diferentes situações, pelos instrutores e inúmeras pesquisas realizadas no próprio círculo discente. Tratava-se, portanto, de avaliação séria, objetiva e bem estruturada. Sofria, no entanto, aquela deficiência inerente à qualquer avaliação comportamental de membros de organizações, provocada pela tendência, entre os avaliados, de apresentarem os comportamentos esperados pelos superiores, nas situações em que estão sob observação.

A sugestão que fazemos é que os resultados das avaliações deveriam ser, periodicamente, informados, em caráter sigiloso e individual, a cada aluno. Desse modo, acreditamos, a avaliação poderia ser mais eficaz e educativa, permitindo aos avaliados acompanharem por si próprios a evolução dos seus conceitos.⁸

A avaliação do rendimento era realizada, igualmente, de forma bastante objetiva. As provas eram elaboradas com muito esmero quanto às questões, tempo, correspondência com as aulas etc. Destacava-se ainda o controle dos resultados, pesquisas de opinião entre os alunos e a possibilidade do recurso. O que poderia ser melhor utilizado e valorizado, no entanto, é a ratificação da aprendizagem, mediante discussão de diferentes interpretações e soluções dos alunos às questões de provas visando esclarecer e sedimentar os conhecimentos.

O teste de validade dessa sistemática de verificação do rendimento escolar é o fato de a classificação, ao final do curso, refletir de maneira geral, satisfatória fidelidade ao grau de aplicação aos estudos, capacidade e inteligência dos alunos.⁹

A avaliação do rendimento escolar apresentava, todavia, graves disfunções para o ensino, em decorrência da supervalorização dos resultados (grau) que ela provocava. Era notório na ECEME o clima de tensão e preocupação com o grau, de parte dos alunos, levando inclusive, nos casos mais extremos, a distúrbios clínicos. Esse clima envolvia os alunos, suas famílias e os instrutores.¹⁰

Havia inúmeros exercícios, ao longo do curso, que previam trabalhos de grupo. Os estudos de situação de Estado-Maior, por outro lado, exigem também trabalhos de grupo. Em face dessas considerações, particularmente da segunda, é que julgamos ser conveniente,

para a formação do oficial de Estado-Maior, a utilização da avaliação grupal.

Uma outra forma de avaliação poderia ser a apresentação oral de trabalhos, por alunos, individualmente, ou em grupo, durante as sessões de instrução o que, inclusive, serviria de estímulo à pesquisa e à participação mais ativa e dinâmica dos alunos.

Ressaltamos, neste ponto, que nossa proposta visa mudar o sistema de avaliação do rendimento escolar, criando-se um ambiente intelectual que envolva o corpo docente e discente e atenua a supervalorização do grau, em proveito de uma aprendizagem mais real, mais sólida e auto-renovável.

O objetivo último da avaliação permaneceria: ao final do curso teríamos os alunos classificados "em coluna por um", mas, talvez com uma formação de oficial de Estado-Maior, aperfeiçoada.

ESTRATÉGIA X TÁTICA

Partindo da premissa que a formação do oficial de Estado-Maior deve abranger tanto conhecimentos de tática quanto de estratégia e, dado o caráter mais abrangente dessa última, levantamos a questão da adequação, amplitude e profundidade do ensino de Estratégia na ECEME.¹¹

Embora não pretendamos abordar o aspecto substantivo da questão, forçoso é reconhecer que o conteúdo e a carga horária das matérias relativas à Estratégia não permitiam um adequado e suficiente estudo daquele campo de

conhecimentos. Conceitos como Poder Militar, Estratégia Militar, Objetivos Políticos e de Guerra, Planejamento Estratégico, as inter-relações entre tais conceitos e exemplos históricos relativos aos mesmos, se ressentiam de abordagem mais profunda. Da mesma forma acrescentaríamos as relações entre Doutrina, Tática e Estratégia; O Poder terrestre, marítimo e aéreo; Objetivos Estratégicos e Operações; Poder Econômico, Mobilização, Desenvolvimento Tecnológico e Organização; Moral, Comando e Organização; Relações Internacionais, Geografia, História Militar, etc.¹²

Trata-se, na verdade, de ampliar e relativizar a perspectiva do oficial de Estado-Maior em relação à guerra e a vinculação desta à política, passando por uma discussão maior dos tipos, limitações e duração dos possíveis conflitos previstos ou não nas nossas hipóteses de guerra.

Desejamos salientar que os assuntos citados eram tratados no segundo ano do curso, se bem que de forma superficial e insuficiente. O que se está propondo é uma maior valorização e importância da matéria Estratégica no currículo.

Voltemos à questão do grau. A revalorização da Estratégia não poderia derivar, apenas de sua importância intrínseca. A se manter o atual clima de avaliação do rendimento escolar, a matéria teria que ser objeto de verificação de maior peso.

A proximidade das Escolas congêneres da Marinha e Aeronáuti-

ca, além da ESG, facilitaria os contatos e intercâmbio. Sendo particularmente um campo comum de conhecimentos, o ensino da Estratégia poderia constituir-se num elo de ligação curricular e troca de conhecimentos, entre as três Escolas de Estado-Maior, sob a égide do EMFA.

Uma maneira de implementar o proposto seria a elaboração de um exercício de Estratégia por instrutores das três Escolas, com participação de instrutores da ESG e de conferentes convidados. Haveria então, intercâmbio de alunos e instrutores na apresentação de assuntos e discussão de soluções.

SEGURANÇA INTERNA

Embora este seja um ponto bastante sensível, sujeito a interpretações distorcidas, procuraremos abordá-lo, dada sua importância e atualidade.

Partimos da premissa que não seria, de forma alguma, conveniente deixar surgir na ECEME, um ambiente acadêmico de discussão político-ideológica, pelos efeitos altamente nocivos à formação profissional do oficial de Estado-Maior e às finalidades da Instituição. Dentro desta linha, pensamos que se deveria ter muito cuidado ao se abordar a conjuntura política atual durante as sessões de instrução devendo-se evitar assumir, em classe, posições discutíveis e polémicas, contra ou a favor, de partidos políticos, pessoas, acontecimentos recentes ou Governos.¹³

Um outro ponto que levantamos se refere aos exercícios sobre

o movimento comunista internacional. Algumas críticas apresentadas contra a ideologia marxista-leninista, os regimes comunistas e os partidos comunistas poderiam ser mais eficazes e sistemáticos se baseados em argumentos mais profundos, evitando os lugares-comuns e considerações superficiais e repetitivas, facilmente retrucáveis.

Se condenamos o caráter unilateral, dogmático e propagandístico dos ataques dos comunistas à sociedade capitalista e regimes democráticos ocidentais, então não devemos imitá-los. Antes, devemos despertar nos futuros oficiais de Estado-Maior um senso crítico pronunciado contra tentativas de doutrinação político-ideológico, em defesa dos verdadeiros valores democráticos.

Sem querermos entrar no mérito de questões complexas e que exigiriam análise mais profunda, mas, apenas para levantar idéias, visto ser a ECEME uma das mais importantes fontes de nossa Doutrina, sugerimos que poderia ser discutida a Estratégia atual de Segurança Interna — a Estratégia da Presença — em relação aos seus efeitos sobre o grau de operacionalidade de nossas Unidades e Grandes Unidades, os efetivos dos quadros, a dotação de material, maiores custos etc.

Os efeitos acima citados poderiam ser examinados, como injunções históricas da Segurança Interna sobre a defesa externa, partindo da premissa que, em muitos aspectos, os respectivos

fatores constitutivos podem ser conflitantes.

Pois bem, essas duas questões aqui apenas enumeradas são exemplos de temas para discussão na ECEME, ligando as áreas da Estratégia com as de Informações ou Segurança Interna. A Escola serviria, assim, como um laboratório de idéias.

Uma ressalva final neste item é que as propostas de discussões e as críticas aqui formuladas se referem sempre ao ensino e ao ambiente escolar da ECEME. Partimos do princípio que se tais assuntos não forem discutidos a nível de sala de aula da ECEME, onde mais poderiam sê-los? E mesmo assim, repetimos, não propugnamos um ambiente acadêmico, aberto e totalmente livre ao debate de qualquer assunto, pois a ECEME é um estabelecimento de ensino militar e não um estabelecimento universitário civil. No entanto, o ambiente de ensino se enriqueceria se houvesse maior estímulo à discussão de temas profissionais, com criação de novas idéias, renovação da Doutrina, contribuições inclusive ao planejamento do Exército.

CONCLUSÃO

Procuramos tecer algumas considerações críticas ao ensino e ao ambiente escolar da ECEME, sob uma perspectiva, a posteriori, de um aluno.

Reconhecemos, de início, o caráter unilateral e limitado daquela visão, na expectativa, entretanto, que ela venha a ser criticada, corrigida ou aperfeiçoada por outros

oficiais que tenham vivência de instrutor.

Todos os pontos, agora abordados já o tinham sido, antes, no decorrer do curso, mediante intervenções pessoais nas aulas ou em discussões informais com companheiros.

Tentamos apresentar nossa contribuição individual e construtiva, propondo idéias para debate, voltadas para um possível aperfeiçoamento da formação do oficial de Estado-Maior.

Com aquele objetivo maior em mente, defendemos a criação de um ambiente de ensino caracterizado por:

a) Alto nível intelectual de debates de assuntos e problemas de caráter profissional ou de interesse direto da Força.

b) Maior estímulo à pesquisa e consulta bibliográfica pelos alunos.

c) Maior valorização dos alunos como fonte de experiências e conhecimentos.

d) Maior participação efetiva e criativa dos alunos nas aulas, pela oportunidade de apresentar seus conhecimentos, idéias, e vivência.

e) Maior valorização do conteúdo das disciplinas de parte dos alunos e instrutores, independente de serem ou não alvo de verificação.

f) Existência de processos de avaliação do rendimento escolar, planejados, de tal forma, que minimizem seus efeitos disfuncionais sobre o curso.

g) Tratamento do aluno como um profissional adulto e responsável, sem paternalismo, observação cerrada ou excesso de controles.

h) Criação de uma revista que sirva de estímulo à pesquisa, estudos e debates sobre assuntos profissionais, aberta, prioritariamente, aos trabalhos de instrutores e alunos.

Enunciamos, em relação ao aspecto substantivo do curso, algumas idéias, resumidas abaixo:

a) Orientação do ensino da Logística, como uma ciência universal, aplicando-a às necessidades militares, com complementação do currículo do primeiro ano, voltado de forma demasiada para a mera localização de áreas de apoio logístico de Brigadas e substituição, no segundo ano, dos extensos cálculos numéricos feitos manualmente, por exercícios feitos com auxílio do PAD.

b) Maior aprofundamento do ensino de Logística para o pessoal de Material Bélico, semelhante ao que é feito com o CCEMS.

c) Maior esforço no sentido de dar cunho menos abstrato e semântico ao curso, mediante demonstrações e apresentações aos alunos de exercícios no terreno de frações ou Unidades, com utilização de novos equipamentos e sistemas de armas.

d) Tratamento de maior nível de assuntos político-ideológicos, aprofundando as críticas ao MCI e ideologia marxista-leninista, evitando, por outro lado, o engajamento em questões polêmicas ou discutíveis da conjuntura política do momento, quer para apoiar ou combater partidos, pessoas ou governos.

e) Maior valorização do ensino da Estratégia e História Militar.

OBSERVAÇÃO FINAL

Depois de já pronto o presente trabalho, tomamos conhecimento do artigo "Staff College, Camberley — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército" de autoria do Cel. QEMA LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, publicado no nº 705, JAN/FEV 1983 de "A Defesa Nacional".

Sem pretendermos fazer analogia, mas para servir como material ilustrativo e bibliográfico retiramos do citado artigo algumas observações que guardam correspondência com as propostas aqui formuladas.

a) Os trabalhos escolares em sala e no campo são realizados na esfera de grupos de alunos com exceção das conferências e sessões formais de apresentação de fundamentos doutrinários que são ministradas em conjunto.

b) "O ensino se fundamenta na "escola ativa" ou seja, está centrada, absolutamente, na participação efetiva do aluno".

c) "A palestra como processo de ensino usual foi abolida".

d) O estudo dos fundamentos doutrinários se faz pelo trabalho a domicílio, exclusivamente a cargo do instruendo, complementando com sessões apresentadas sob a forma de "teatrinhos". As dúvidas são sanadas no âmbito dos grupos, sob orientação dos respectivos orientadores. Segue-se um estágio de aplicação-puramente de trabalho em grupo com discussões dirigidas em sala ou no terreno.

e) "As idas ao campo são freqüentes e alternam-se sistematicamente com as atividades em classe".

f) Grande exigência de trabalhos escritos realizados pelos alunos, individualmente ou em grupo. Inclusive uma monografia individual por período, num total de quatro.

g) São organizados simpósios e painéis para o estudo de áreas estratégicas e campanhas históricas.

h) Ao final do curso há entrevistas privadas de cada aluno com o respectivo chefe da divisão e o comandante, para troca de impressões sobre a escola e o curso, com o objetivo de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.

i) "Não há provas nem grau na escola. A avaliação dos alunos é feita pelo desempenho nas diversas modalidades de trabalhos escolares". Destaca-se a apreciação e seleção dos melhores trabalhos escritos, seguida de entrevista individual do autor com o instrutor.

j) Ao final do curso os alunos recebem uma menção: (A) — excepcional; (B) (apenas 10% da turma) e (C) —.

l) A classificação em OM no país ou no exterior é feita com base na menção recebida e nos interesses manifestados pelos alunos.

m) "O curso de Estado-Maior ministrado pelo Staff College pode ser definido como um misto dos de nossa EsAO, ECEME e CEMF-CA".

n) "Praticamente não se sente o natural clima de tensão encontrado em quase todas as escolas, re-

sultante da dicotomia entre alunos e docentes".

NOTAS

1. A análise se basearia numa abordagem "dramatúrgica", na linha preconizada por ERVING GOFFMAN. Ver "The Presentation Of Self in Everiday Life" e ASYLUMNS" ambos os livros já traduzidos para o português, editados pela VOZES e PERSPECTIVA, respectivamente.
2. Essa revista seria editada de forma a evitar concorrência com as revistas militares existentes, daí a prioridade a trabalhos ligados mais diretamente ao campo profissional, de autoria de instrutores e alunos (um universo de mais de trezentas cabeças pensantes).
3. As regras gramaticais poderiam ser recordadas pelos alunos, individualmente, através da consulta sistemática ou eventual aos bons livros existentes. A orientação sugerida se basearia em obras como "A Linguagem no Pensamento e na Ação Ação" de HAYAKAWA e "COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA" de OTHON M. GARCIA, editora FGV.
4. Desejo me referir principalmente aos últimos febianos ainda vivos que mesmo que já tenham escrito suas memórias ainda poderiam contribuir com relatos específicos.
5. Os alunos poderiam, desse modo, conhecer melhor, como usuários, os recursos e limitações do computador, o trabalho dos analistas e programadores, os programas disponíveis e possíveis, etc. Cumpre salientar que a ECEME dispõe de instrutores analistas de sistemas e é vizinha do IME, onde existe um CPD.
6. Essa separação entre o ambiente abstrato do ensino nas salas de aula e a realidade da tropa parece ser uma tendência comum de nossos estabelecimentos de ensino. O fato se agrava, ante as melhores condições, em termos de recursos humanos, materiais e financeiros das Escolas, em relação à tropa.
7. Queremos nos reportar ao mau uso da linguagem provocado, por sua vez, pelo inadequado tratamento das palavras, referidos, entre outros por Ogden e Ri-

- chards na obra já clássica "O Significado do Significado", editado pela Zahar.
8. O caráter sigiloso do conceito dado a oficiais e ST/SGT pelos superiores é regra no Exército, constando da própria legislação.
 9. No entanto, o grau de correlação positiva entre a classificação do aluno no curso e a capacidade de trabalho, nível intelectual e discernimento dele, como profissional e como cidadão, é um ponto discutível.
 10. Os instrutores eram envolvidos por influência dos alunos: grau de interesse nas sessões, frequência e conteúdo das perguntas, expectativa, etc. O envolvimento de instrutores muitas vezes era bem intencionado no sentido de ajudar os alunos. Em suma, o fantasma das provas e do grau estava presente e sob diferentes intensidades afetava todos os participantes da organização. De qualquer modo, o que importava eram os possíveis efeitos negativos sobre o ensino-aprendizagem e o clima intelectual da ECEME.
 11. A maior valorização do ensino da Estratégia, na ECEME era defendida pelo então Cmt, Gen Bda DIOGO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO. Ver discurso de encerramento do ano letivo de 1981.
 12. Com a devida licença diríamos que poderia constituir-se numa base para abordagem citada o livro "Delineamentos da Estratégia" do Vice Alente João Carlos Gonçalves Caminha, editado pela BILIEIX.
 13. Desejo frizar bem a expressão "discutíveis e polêmicas", isto é aquelas posições que quando manifestadas pelo instrutor, em classe, admitiriam, de parte do aluno, outra tomada de posição contra ou a favor, todas em princípio, inconvenientes, do ponto de vista de uma formação profissional e apolítica.
Ressaltamos, em defesa de nossa colocação, a ampla discordância surgida no meio militar em relação à proposta de envolvimento aberto do Clube Militar em debates políticos.

O Ten Cel QMB Ivan Fialho tem os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da EsAO e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). No campo civil, é graduado em Administração Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, com Mestrado em Administração de Empresa, na área da Teoria de Organizações e Comportamento Organizacional, pela Escola de Administração de Empresa de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Está atualmente servindo no Comando da 9ª RM/DE e Comando da 2ª DE.